

A TEORIA DO RECONHECIMENTO NAS SALAS DE AULA DE MATEMÁTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA LICENCIATURA FRENTE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO¹

Tadeu Silveira Waise

*Universidade Federal do Rio de Janeiro
waise@matematica.ufrj.br*

Agnaldo Esquinca

*Universidade Federal do Rio de Janeiro
agnaldo@im.ufrj.br*

Resumo:

Este trabalho se dedica em explicitar como a Teoria do Reconhecimento, a partir da perspectiva de Axel Honneth, se articula com a ideia de inclusão e respeito à população LGBTQIA+ no ambiente da sala de aula de Matemática. Para isso, serão apresentados os resultados preliminares obtidos por um questionário, o qual faz parte de uma dissertação de mestrado em andamento, que foi aplicado a alunes, ou recém egressas e egressos do curso de Licenciatura em Matemática do estado do Rio de Janeiro. Assim, espera-se evidenciar a importância de trazer a pauta da diversidade sexual e de gênero para a sala de aula dessa disciplina, a fim de promover o desenvolvimento de autoconfiança, autorrespeito e a autoestima de alunas e alunos da Educação Básica.

Palavras-chave: reconhecimento; diversidade sexual; respeito; inclusão; educação matemática.

¹ Uma versão deste trabalho foi apresentada no XXIV EBRAPEM.

1. Introdução

Este trabalho se preocupa em elucidar reflexões acerca da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth, filósofo alemão, e como os cenários de reconhecimento e desrespeito, descritos nessa teoria, estão na sala de aula de Matemática da Educação Básica e nos cursos da licenciatura referente a essa disciplina. Esse suporte teórico norteia a dissertação de mestrado do primeiro autor, a qual está em andamento. Ela se dedica a investigar a temática da diversidade sexual e de gênero no contexto das aulas de Matemática na escola e na Licenciatura em Matemática, à luz das noções de respeito do trabalho honnethiano. Isto é, quanto ao tratamento de docentes com alunas e alunos LGBTQIA+ e quais as concepções sobre o assunto nos cursos de formação inicial e nas atividades escolares.

Existem documentos oficiais, como a Declaração Universal sobre a diversidade cultural (UNESCO, 2002) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) que destacam a importância de respeitar a diversidade e incluí-la na sala de aula e na sociedade. Quando vemos o discurso de “abraçar o próximo, sem discriminação, preconceito e condenando demais atos de violência”, ele parece ser bem aceito, e até defendido, no meio social. Entretanto, essa ideia ainda não é exercida plenamente. O Brasil, por exemplo, é o país líder mundial em homicídios cometidos contra pessoas transgêneras, conforme uma pesquisa publicada em 2016 pela ONG Transgender Europe (TGEu).

Por esses e outros atos discriminatórios que ameaçam a integridade física e psíquica de indivíduos LGBTQIA+, tornam-se necessários estudos que busquem compreender as motivações para esses cenários de desrespeito, que são resultado da hegemonia da heterossexualidade na sociedade. Assim, identificando esses elementos, é possível pensar em meios para combatê-los, rumo a outros que sejam mais inclusivos para essa população. Essas produções podem ser entendidas como formas de denúncia a esse contexto de preconceitos à diversidade sexual e de gênero.

Aqui, é feito um recorte desses cenários discriminatórios que afligem a população LGBTQIA+: a sala de aula de Matemática e o processo de formação e posturas cotidianas de seus professores e professoras, contribuem para a perpetuação deles ou os combatem? Para avaliar essa questão, será trazida a Teoria do Reconhecimento, sob a perspectiva do filósofo alemão Axel Honneth, que busca entender em que níveis e esferas os sujeitos se

reconhecem ou não, desenvolvendo ou impedindo as subjetividades e potencialidades de cada um. Essa teoria será mais detalhada na seção 3.

Na seção de Metodologia deste artigo, descreve-se como foi feito o levantamento dos dados coletados e produzidos na dissertação que está em andamento e que inspirou este artigo. Nela, detalharei como foi feita a elaboração, divulgação e uso de um questionário, já aplicado, que nos servirá de base para articularmos as ideias desse aparato teórico com a pauta da diversidade sexual e de gênero nas esferas que compõem a estrutura da sala de aula de Matemática da Educação Básica. Posteriormente, serão apresentados alguns dos resultados preliminares da aproximação dos resultados do questionário com a Teoria do Reconhecimento. Tratam-se de ponderações introdutórias, uma vez que se baseiam em uma pesquisa de mestrado em curso. Entretanto, já será possível refletirmos sobre como a sala de aula agrega cenários de (des)respeito à diversidade sexual e de gênero.

2. Revisão de Literatura

A Teoria do Reconhecimento, apesar de sua dinâmica universal, aplicável a todas e todos os cidadãos, não se debruça profundamente sobre a questão da diversidade sexual e de gênero no espaço escolar. Assim, se faz necessário buscar outras literaturas que consigam articular tal teoria com essa temática. Para isso, a referência que será adotada é a produção de Louro (1997), *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós estruturalista*.

Apesar de datar mais de duas décadas desde sua primeira publicação, as discussões trazidas nessa obra são pertinentes e atuais. Mesmo que muitas questões LGBTQIA+ terem avançado na sociedade, ainda existem entraves nesse desenvolvimento, decorrentes de posturas de preconceito. Além disso, o livro elucida reflexões que perdurarão por anos, não por tais empecilhos, mas por tratar de questões estruturais, entremeadas no social, sobre as sexualidades e os gêneros.

Os primeiros estudos sobre a diversidade sexual e de gênero se nutriram sobretudo dos trabalhos e movimentos feministas. Quando esses fizeram frente às “grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento” (LOURO, 1997, p. 16), foram trazidas novas percepções sobre o que é fazer pesquisa na área das humanidades. Seria possível, enquanto mulher, investigar os

mecanismos de opressão dessa população, sem trazer o pessoal das autoras para essas leituras?

Assim, tais produções questionam a “frieza” convencional dos trabalhos científicos, trazendo para eles outras possibilidades como o acréscimo de registros pessoais, histórias de vida, diários, cartas, dentre outros. Além disso, aspiravam por mudanças sociais, questionando qual seria a matriz que oprime a população feminina e argumentar em prol de sua destruição. Logo chegou-se à conclusão de que as relações desiguais entre os sujeitos se constroem e se dão na esfera social e que essa era uma das realidades a serem combatidas.

Essa trajetória dos trabalhos feministas é importante para o movimento LGBTQIA+ e para a produção acadêmica acerca desse grupo. Isso porque suas perspectivas, metodologias de pesquisa e problematizações serviram de grande inspiração para o segundo. Quando pensamos em educação, a prática docente é uma atividade humana, de trocas entre alunas, alunos, professoras e professores. Por esse motivo, não seria esperado que, pesquisadoras e pesquisadores, se pusessem de forma menos “fria” diante de seus objetos de investigação?

Alunas e alunos LGBTQIA+ são constantemente marginalizados e invisibilizados durante o processo de ensino e aprendizagem. O currículo e os livros didáticos, por exemplo, não propõem discussões sobre corpos transexuais e, em geral, assumem que os sujeitos são “neutros” de uma sexualidade, o que implica em considerá-los todos heterossexuais – como uma norma.

Negar a existência de uma problemática pode simbolizar algo como “essa sua subjetividade não é relevante, nem de interesse, dessa instituição”. Consequentemente, alunas LGBTQIA+ podem constantemente se sentirem desconfortáveis em compartilhar suas angústias, dores, alegrias e novas descobertas. A figura docente, que é muito próxima de jovens e adolescentes, é, sem dúvida, um meio pelo qual estudantes compartilham suas emoções e preocupações. Entretanto, se o espaço escolar, nem tais profissionais, se mostram abertos a essas questões, esses compartilhamentos não ocorrem. Logo,

Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos.

O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 2000, p. 30).

Quando não ignoradas, o espaço de discussão acerca das diversas identidades sexuais e de gênero é associada às disciplinas de humanidades e, mais frequentemente, à Biologia, com as aulas de saúde sexual (mesmo que contemplando quase que exclusivamente corpos heterossexuais e cisgêneros). Entretanto, é relevante se questionar se a escolha desse cenário é pertinente.

Ainda temos, no Brasil, a associação de que o espaço das ciências exatas é dominado pelo masculino. Por mais que tenhamos cada vez mais mulheres seguindo essas carreiras, constantemente esse ambiente comporta cenas machistas e de preconceitos ao universo não heterossexual. Além disso, discursos de que “essas disciplinas/graduações não constituem espaços para discutir essas pautas” são muito comuns, contribuindo para que esses espaços excluam, por exemplo, diversas mulheres.

Entretanto, não seria exatamente por esse motivo – de tais ambientes serem dotados de uma aparente neutralidade que exclui diversos grupos sociais – que eles deveriam levantar essas questões? Enquanto espaços segregadores, não é importante inserir essas discussões nas ciências exatas? É tão absurda a ideia de que profissionais dessas carreiras, como professoras e professores, possam ter conhecimentos que os possibilitem abraçar a diversidade, provendo um espaço de ensino e aprendizagem mais amistoso e inclusivo? Diante de tais questões, defendemos que há uma necessidade cada vez maior de trazer a pauta da diversidade sexual e de gênero para esses nichos, contribuindo para o desenvolvimento dos indivíduos que estão inseridos neles, sejam eles LGBTQIA+ ou não.

3. Referencial Teórico

A Teoria do Reconhecimento é uma lente filosófica que tenta entender como os indivíduos se reconhecem em nível intra e interpessoal e como esse processo de reconhecimento auxilia na construção da autonomia individual. Ela foi primeiramente proposta pelo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, sendo interpretada sob os olhos de diversas filósofas e filósofos contemporâneos. Aqui, iremos nos apoiar nos trabalhos de Axel Honneth.

A Teoria do Reconhecimento se volta para o significado do verbo reconhecer e sobre como essa ação é realizada ou não entre os indivíduos. Podemos entender que

reconhecimento é quando um indivíduo conhece e reconhece um outro tal como este é em suas características, essência e personalidade. Em outras palavras, a dinâmica do reconhecimento ocorre quando os indivíduos ao perceberem-se como sujeitos, veem de maneira mútua, que a particularidade de cada um é reconhecida pelo outro. (CELICH, 2017, p. 2).

Assim, percebemos que tal processo envolve uma reciprocidade. Isso implica em perceber que quem não reconhece um indivíduo por suas subjetividades não pode exigir ser reconhecido pelas suas. Em outras palavras, entende-se que se alguém heterossexual não enxerga a homossexualidade como uma sexualidade digna de respeito, é incoerente que somente a primeira seja respeitada. Indo para um lado mais extremo, quem não enxerga uma vida como uma possibilidade não pode exigir, seja da sociedade ou dos aparatos legais, reconhecimento da sua.

Por outro lado, caso os indivíduos passem a se reconhecer diante de suas subjetividades, os mesmos passam a experimentar sentimentos de autoconfiança, autorrespeito e autoestima, se desenvolvendo como seres humanos. Tomadas e tomados dessas relações positivas, iriam alcançar novas percepções de si. Nesse momento, poderiam ser percebidas novas necessidades de reconhecimento, o que transforma esse processo em um “desenvolvimento espiral onde (...) o indivíduo aprende a conhecer e realizar novas dimensões de sua própria identidade” (SOUZA, 2000, p. 134).

Se os sujeitos não são reconhecidos por suas subjetividades, tomam início as lutas por reconhecimento. Elas não ocorrem somente em um nível atômico, desassociadas. Se suas motivações são generalizáveis, elas são estendidas para um grupo de indivíduos. Assim, “o surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual mas também o círculo de muitos outros sujeitos” (HONNETH, 2003, p. 258). Assim, elas se dão nas passeatas, nos protestos, nas disputas por espaço na política, até mesmo na realização de crimes.

O reconhecimento se dá por meio de três esferas, cujas fontes de inspiração vieram do pensamento hegeliano: amor, direito e solidariedade. A primeira decorre da relação entre a mãe e seu bebê. Após passarem por uma fase de extrema dependência de cuidados, a criança desenvolve uma relação positiva consigo e com sua mãe ao perceber que, mesmo com um afastamento desses corpos com o crescimento da independência da primeira, a afetividade não diminui. Isso abre margem para o desenvolvimento da autoconfiança

corporal e do seu emocional, na expressão de seus sentimentos e necessidades. O indivíduo estaria preparada/o para desenvolver sua personalidade. Conforme o filósofo:

a carência e a dependência total do bebê e o direcionamento completo da atenção da mãe para a satisfação das necessidades da criança fazem com que entre eles não haja nenhum tipo de limite de individualidade e ambos se sintam como unidade. (HONNETH, 2003, p. 160). A esfera do direito é exercida quando os membros da sociedade possuem seus direitos legais plenamente reconhecidos. O reconhecimento mútuo nutre um cenário de

igualdade de deveres e responsabilidades, fomentando o autorrespeito. Já a última instância, da solidariedade, refere-se ao fato de que os indivíduos possuem talentos, competências e habilidades que independem de suas subjetividades. Isso seria compreender que mulheres e homens possuem a mesma capacidade dentro do meio acadêmico por exemplo. Assim, enaltecer tais capacidades levaria a um desenvolvimento da autoestima.

Cada esfera do reconhecimento possui suas correspondentes do desrespeito. São elas, respectivamente: maus tratos e violação, privação de direitos e, por último, degradação moral e injúria. A primeira priva o indivíduo de se manifestar corporalmente, atacando sua integridade psíquica e trazendo uma negatividade de sua personalidade. A segunda se reflete na propagação de injustiças e desigualdades de direitos. Já a última fere a dignidade individual na medida em que desvaloriza os feitos, conquistas e realizações de alguém. Conseqüentemente, não se estabelece um vínculo com seus talentos, habilidades e capacidades.

Portanto, a Teoria do Reconhecimento tem como objetivo estudar em que níveis nós, enquanto indivíduos e membros de uma comunidade social, podemos e devemos nos reconhecer para que nos respeitemos e desenvolvamos nossas potencialidades, rumo a um caminho em que celebramos as subjetividades. Dessa forma, o que podemos questionar é se esse reconhecimento se dá nas aulas de Matemática e no processo de formação de professoras e professores dessa disciplina. No caso da nossa temática, é possível afirmar que nossas alunas e alunos LGBTQIA+ são reconhecidos nesses espaços? A partir da seção seguinte serão trazidas reflexões que auxiliem a pensar nessa pergunta.

4. Metodologia

A teoria do reconhecimento, por si só, não trata especificamente do reconhecimento de indivíduos LGBTQIA+. A fim de trazer articulações acerca desse aporte teórico com essa população e a sala de aula de Matemática da Educação Básica,

tal como com o processo de formação de docentes dessa disciplina, foi elaborado um questionário que abarcasse a temática da diversidade sexual e de gênero. Assim, utilizamos esse instrumento de coleta de informações para questionar licenciadas e licenciandos (ou recém-formada/os no curso de licenciatura) sobre algumas opiniões e experiências sobre esse tópico, como será detalhado mais adiante.

A elaboração do questionário foi feito por meio do *Google Forms* (aplicativo da *Google* de gerenciamento e elaboração de questionários online) e ficou a cargo de um grupo de pesquisa que estuda questões de representatividade e justiça social atreladas ao processo de ensino e aprendizagem de Matemática e Ciências Naturais, tal como à formação docente dessas áreas. Esse instrumento de coleta foi primeiramente aplicado a um conjunto de aproximadamente 50 estudantes de duas universidades públicas do estado do Rio de Janeiro. Após o retorno das primeiras respostas recebidas, foram feitos alguns refinamentos antes que ele fosse divulgado para um quantitativo maior. Concluída essa etapa, ele finalmente foi divulgado por e-mail e por meio do Facebook, rede social que comporta diversos grupos de licenciandos de Matemática. Assim, não é possível afirmar com precisão quantos indivíduos tiveram acesso ao formulário com as questões.

O questionário constava de perguntas dissertativas e objetivas. A fim de saber o perfil de quem foi entrevistada/o, havia espaços para identificar sua idade, se estava cursando ou se havia concluído a licenciatura recentemente e qual a universidade em que tinha se matriculado. A lista de instituições possíveis de serem selecionadas eram todas aquelas do estado do Rio de Janeiro, públicas, que contivesse o curso de nosso interesse, sejam ele no modelo presencial ou semipresencial. Além disso, questionou-se a identidade de gênero (modo com que uma pessoa representa socialmente a sua sexualidade, sem se restringir necessariamente ao seu sexo de nascença), se o/a entrevistado/a pertencia à população LGBTQIA+ e a sua sexualidade.

Tivemos ao todo um pouco mais de 700 respondentes, de modo que há pelo menos uma resposta de cada curso de licenciatura em Matemática do estado do Rio de Janeiro, contribuindo para que tivéssemos uma representatividade de todas as suas microrregiões. Ademais, 12,15% são recém-formados/as e 22,37% não são heterossexuais. Terminado esse momento de identificação, o questionário continha diversas perguntas, algumas restritas a indivíduos LGBTQIA+, outras a quem não era dessa comunidade, das quais serão exploradas neste artigo:

- Você considera que este tópico, sexualidades e gêneros, deve ser discutido e abordado nas aulas de Matemática na educação básica? Justifique. Em caso afirmativo, possui ideias de como? Explique-as.
- Você acha importante ter discussões sobre formação para a diversidade de gênero e sexual na licenciatura? Justifique.
- Em algum momento da sua formação escolar algum professor falou sobre questões de gênero e sexualidade? Em que disciplina(s)? Em que tom: como construção de (auto)conhecimento ou com tons críticos e preconceituosos?
- E no seu curso de licenciatura? Isso foi feito/presenciado? Em que tom? Existe alguma disciplina ou o espaço de uma para discutir essas questões?

Para avaliar se os dados coletados continham elementos do reconhecimento, busquei por palavras nas respostas que se relacionam com a teoria honnethiano. Termos como “amor”, “respeito”, “direito”, “talento” e “preconceito” são exemplos disso. Para confirmar que as respostas que possuíam esses termos possuíam resquícios desse referencial teórico, elas foram lidas com maior atenção.

5. Análise preliminar dos dados coletados

Munido dos elementos mostrados na seção anterior, serão mostradas algumas das respostas coletadas com o questionário, buscando evidenciar como elas apresentam discursos e elementos próximos à gramática do reconhecimento honnethiana. Tais traços comuns podem se dar por meio das esferas do respeito ou pelos seus correspondentes nas perspectivas desrespeitosas.

Sobre as perguntas “Em algum momento da sua formação escolar algum professor falou sobre questões de gênero e sexualidade? Em que disciplina(s)? Em que tom: como construção de (auto)conhecimento ou com tons críticos e preconceituosos?”, leu-se:

Já tive muitos professores que falaram sobre o assunto, mesmo que pouco, em sala de aula. Os que falavam em tom de construção de (auto)conhecimento sempre eram os de humanas e literatura. Os que eram críticos e preconceituosos eram os de exatas e biológicas, principalmente os de matemática que não possuíam conhecimento nenhum sobre o assunto.

Ou ainda,

Sim. Professor de Matemática: piadas e comentários preconceituosos. História: indicação do filme Jogo da Imitação (que poderia facilmente ser indicado por um professor de matemática, abordando o tema dessa maneira).

Sobre esses dados, destaca-se que houve diversas respostas a essa pergunta apontando essa dicotomia, em que profissionais de humanas são mais abertas(os) às questões de diversidade, enquanto, no lado das exatas, há um maior fechamento.

Entretanto, é importante destacar que isso não pode ser generalizado a todo o corpo docente, em ambos os “lados”. Conforme a primeira resposta, “os de matemática que não possuíam conhecimento nenhum sobre o assunto”. Porém, devemos nos questionar: em uma licenciatura em História, por exemplo é garantido que teremos na grade curricular uma disciplina que discuta inclusão da diversidade sexual e de gênero? Qual o limite entre isso e a falta de interesse em estudar essa questão? Dessas indagações, vale lembrar que reconhecer é mais do que constatar a existência das subjetividades pessoais, sendo necessário celebrar as diferenças. Logo, é responsabilidade das/dos profissionais de educação a promoção essa valorização durante os anos escolares.

Os questionamentos anteriores não são feitos para acusar que professoras e professores, de qualquer disciplina, não ligam para as pautas LGBTQIA+. Mas sim para lembrar que, muitas vezes, estaremos expostos a elas. Ainda mais quando tomamos profissionais que realizaram suas graduações décadas atrás, quando esse assunto não tinha tanta visibilidade. Assim, destaco que, nesses casos, deve haver um interesse em buscar informações sobre o respeito à diversidade (e inclusive, isso não é restrito a docentes), como em cursos de formação continuada. Na segunda resposta, perceba que há a possibilidade de trazer recomendações de um filme que retrata um matemático homossexual, mas isso foi feito pelo professor de outra disciplina. Alunas e alunos LGBTQIA+ que se veem representados nas telas alimentam a sua autoconfiança, aspecto individual valorizado pela Teoria do Reconhecimento, permitindo um desenvolvimento de sua personalidade, sem temer escondê-la. Caso contrário, perde-se a autoconfiança “em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com os sujeitos, emparelhadas com uma espécie de vergonha social” (HONNETH, 2003, p. 215).

Quando questionado se “você acha importante ter discussões sobre formação para a diversidade de gênero e sexual na licenciatura?”, tivemos diversas respostas favoráveis e contrárias. Destaco do primeiro caso, as seguintes:

Sim pois tem muitos alunos na licenciatura que tem preconceito e isso deve ser quebrado todos tem os direitos iguais na cidadania.

Sim. Porque os futuros professores devem estar preparados para lidar com a questão em sala de aula, como previsto por lei e pelo bom senso.

Nessas respostas, fica evidente a valorização da esfera do direito do reconhecimento. Como dito em uma seção anterior, existem documentos oficiais que valorizam o respeitar a diversidade e incluí-la na sala de aula e na sociedade. Interessante perceber que, na segunda, julga-se essa ser uma questão anterior, de “bom senso”. De fato, parece ser de bom tom o discurso de que devemos “abraçar o próximo, sem discriminação, preconceito e condenando demais atos de violência”, mas essa ideia ainda não é exercida plenamente. O Brasil, por exemplo, é o país líder mundial em homicídios cometidos contra pessoas transgêneras, conforme uma pesquisa publicada em 2016 pela ONG Transgender Europe (TGEu). Como abordado, na esfera do direito, os indivíduos deveriam ser “acompanhado[s] de um processo de socialização pois em seguida cada indivíduo podia saber-se ao mesmo tempo como uma pessoa [...] autônoma e como membro social de uma comunidade jurídica” (HONNETH, 2003, p. 101).

Já na questão “você considera que este tópico, sexualidade e gênero, deve ser discutido e abordado nas aulas de Matemática na educação básica? Justifique. Em caso afirmativo, possui ideias de como? Explique-as”, lemos:

Acredito que há espaço para essa discussão, como forma de conscientização para os alunos. Entretanto, pode haver certo bloqueio, pois muitos não enxergam as aulas de matemática como um espaço para reflexões do tipo. Talvez uma estratégia seja promover um evento na escola, com vários temas. Por exemplo: na discussão sobre gênero, cabe o debate sobre como as mulheres são pouco citadas nas produções matemáticas, de modo geral. Por que isso acontece?

Na resposta anterior, vemos que há uma concepção de que esses assuntos não cabem na sala de Matemática, talvez pela percepção de que ela é uma ciência neutra, que trata de teoremas e cálculos exatos, os quais não dão conta da pluralidade e das incertezas e das transitoriedades que habitam a temática da diversidade sexual e de gênero. Entretanto, devemos lembrar que, antes de tudo, a Matemática é uma disciplina escolar e que, dentro da instituição acadêmica, deve se preocupar em auxiliar na formação cidadã. O reconhecimento não se aplica a um determinado lugar, ele não é discutido restritamente em um espaço. É incoerente que ele valha nos horários Língua Portuguesa, Geografia, Filosofia, Sociologia, História, dentre outras, mas não nos de Matemática. Ignorar que

esse assunto atravessa a sala de aula de qualquer professora ou professor é um ato de cumplicidade à invisibilização dessa discussão.

Além disso, é perceptível que a resposta anterior possui relação com a perspectiva do reconhecimento da solidariedade, uma vez que ela destaca que as mulheres possuem tanta capacidade quanto os homens no campo da Matemática. A valorização das habilidades individuais está associada a essa esfera. Assim, é um contrassenso que elas não possuam o mesmo destaque ou participação nessa área. Afinal a realidade é que

observa-se uma tendência de concentração das mulheres nas áreas de educação (pedagogia) e da saúde (enfermagem e atenção primária), áreas essas relacionadas ao cuidado. Esse é um fenômeno que vem sendo acompanhado mundialmente, ainda que se observem mudanças importantes – como um aumento da presença das mulheres em áreas antes de predomínio masculino, tais como no direito, na medicina, nas engenharias e consideradas de maior prestígio, como as ciências exatas e tecnológicas. (OLIVEIRA, UNBEHAUM, GAVA, 2019, p. 133).

Por isso, é importante que tal disparidade seja discutida em sala de aula, na perspectiva de que essa desigualdade deve ser combatida e por meio de estímulos e incentivos à presença feminina no campo científico. Afinal, um “indivíduo se sabe [...] como membro de um grupo social que está aí em condição de realizações comuns, cujo valor para a sociedade é reconhecido por todos os seus demais membros” (HONNETH, 2003, p. 209). Além disso, a pauta da diversidade sexual e de gênero também deve ser considerada em todos os espaços escolares, uma vez que esses aspectos são parte constituintes das/dos estudantes. Portanto, isso pode – e deve – também se dar nas aulas de Matemática, a fim de reconhecermos discentes LGBTQIA+.

6. Considerações finais

A Teoria do Reconhecimento, a partir da perspectiva honnethiana, nos introduz a três esferas de respeito, as quais devem ser exercidas no meio social para promover o desenvolvimento individual, o que reflete sobre o coletivo positivamente. Como visto nos dados coletados, podemos perceber traços desse trio, e dos desrespeitos a eles, em algumas das respostas que foram fornecidas no questionário. Assim, enquanto professoras e professores, devemos nos questionar de que modo estamos favorecendo ou impedindo o reconhecimento de alunes que não se encaixam no grupo hegemônico de sexualidade e gênero (o heterossexual masculino cisgênero).

Estudar sobre a questão da diversidade sexual e de gênero na Matemática é relevante devido ao fato de que raramente vemos que a sua sala de aula é um espaço para discutir as pautas de diversidade sexual e de gênero. Entendida como uma ciência neutra, professoras e professores dessa disciplina não são convidadas/os a refletir sobre elas no seu cotidiano. Entretanto, elas/eles certamente terão alunas/os LGBTQIA+ que sofrem cenas de desrespeito (como xingamentos, exclusões no processo de socialização, agressões físicas, dentre outras) no ambiente escolar. Assim, é importante que o corpo docente saiba se mobilizar frente esses cenários de maneira a combater esses atos preconceituosos.

Durante as respostas ao questionário que foram apresentadas anteriormente, vê-se que a sala de aula de Matemática é um espaço possível de valorização de subjetividades. Além disso, foi mostrado que o exercício da esfera do direito precisa ser executado na escola. Quando lembramos que o Brasil, pela Constituição Federal, deve garantir acesso escolar às suas crianças, a população transexual, por exemplo, não pode ser excluída do processo de ensino e aprendizagem, evadindo da escola, por temer pela sua integridade física e psicológica. Ainda, a valorização das personalidades das/dos estudantes é um caminho que, conforme a Teoria do Reconhecimento, estimula o desenvolvimento de uma autoconfiança, a qual deve ser muito bem-vinda no espaço escolar.

Conforme exposto por Louro (1997), também foi apontado que por diversos momentos “a escola nega e ignora a homossexualidade”. Até quando esse cenário, que desrespeita e impede o reconhecimento nossos alunos pode perdurar? Se reconhecer é uma atividade benéfica para o desenvolvimento e o processo de ensino-aprendizagem, por que seríamos resistentes à valorização da diversidade sexual e de gênero? É cabível que algum(a) docente não reconheça as interlocutoras e interlocutores de sua prática profissional? Por conta desses questionamentos há a necessidade de continuar estudando meios para abraçar as diferenças e subjetividades durante os anos escolares.

7. Referências

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

CELICH, G. C. Conflitos homofóbicos na escola e a Teoria do Reconhecimento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN’S WORLDS CONGRESS (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496076998_ARQUIVO_C

onflitoshomofobicosnaescolaeateoriadoreconhecimento-ArtigoCongresso.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2020.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2003.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Elisabete Regina Baptista de; UNBEHAUM, Sandra; GAVA, Thais; *et al.* STEM EDUCATION AND GENDER: A CONTRIBUTION TO DISCUSSIONS IN BRAZIL. *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, n. 171, p. 130–159, 2019.

SOUZA, J. Uma teoria crítica do reconhecimento. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 50, p. 133–158, 2000.

UNESCO. *Declaração Universal sobre a diversidade cultural*. Disponível em: <[https://www.oas.org/dil/port/2001 Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO.pdf](https://www.oas.org/dil/port/2001/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2020.